

# QUESTÕES PEDAGÓGICAS

---

## HISTÓRIA DAS DOCTRINAS ECONÔMICAS E HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO — MUDANÇA DE ABORDAGEM, DESENVOLVIMENTO DO INSTRUMENTAL ANALÍTICO E ENSINO PROFISSIONALIZANTE.

---

*DIVA BENEVIDES PINHO*

Professora Adjunta do Departamento de Economia, da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

O enfoque dos estudos de *História do Pensamento Econômico* — disciplina ministrada nas Faculdades de Economia brasileiras, de acordo com o currículo mínimo federal — tem variado, em nosso País, no decorrer do tempo.

Durante os primeiros quinze anos de funcionamento, a Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, por exemplo, contava com uma cadeira de *História das Doutrinas Econômicas*, cujo programa refletia a preferência pela abordagem, quer da história das filiações e das oposições de autores e de Escolas, quer da análise do pensamento econômico *engagé* ou dos “ismos” econômicos. Dava-se destaque, por exemplo, às oposições entre liberalismo (Escola Fisiocrática, Clássica, Neoclássica), socialismo (utópico, marxista, pós-marxista) e intervencionismo (estatal, confessional, social, etc) ou se procurava salientar, em determinados momentos históricos, os problemas fundamentais que atraíram a atenção dos mais diferentes “doutrinadores”, bem como estes tentaram resolver tais problemas.

Pode-se dizer que, de modo geral, os principais autores que então inspiravam os docentes brasileiros de História das Doutrinas Econômicas, estavam preocupados, sobretudo, com discussões sobre sistemas econômicos e projetos de reformulação da sociedade. A evolução do

instrumental analítico, o encadeamento das contribuições teóricas de diversos autores ou Escolas (obtido através de oposições, justaposições ou integrações, ainda que temporárias) eram enfocados apenas na medida em que permitiam exemplificar “elos” entre heterogêneas doutrinas. Havia mais interesse em explicar *o que* os autores e Escolas defendem, do que examinar *como* defendem e *com que* instrumentos analíticos o fazem.

Essa posição, aliás, estava intimamente ligada, de um lado, ao estágio de desenvolvimento em que se encontrava o instrumental analítico à disposição da Economia e, de outro, à literatura existente sobre a história desta ciência.

Como se sabe, o interesse especial de alguns estudiosos pela elaboração de uma história da Economia, acentuara-se no século passado, ante a evidência da não aplicabilidade de muitos dos princípios clássicos considerados básicos e, sobretudo, ante as graves consequências sociais do liberalismo econômico.

Realmente, depois da obra de Blanqui (*Histoire de l'Economie Politique en Europe, 1837*) — que parece ter sido a primeira tentativa de historiar a evolução da Economia — destacaram-se trabalhos de autores alemães (em especial *Geschichte der Nationalökonomie in Deutschland, de Roscher, 1874* — considerado importante marco na História do Pensamento Econômico, e *Kritische Geschichte der Nationalökonomie und der Sozialismus, de Dühring, 1874*) e, mais no final do século, de autores ingleses (salientando-se, em 1888, Ingran, *History of Political Economy*). No início deste século, a literatura norte-americana passou a contar, principalmente, com o estudo de Haney (*History of Economic Thought, 1911*). Os autores alemães, talvez pela barreira da língua, praticamente não foram divulgados entre nós no original, sendo mais conhecidos através de traduções e de comentários em francês. De uma maneira geral, o tratado de Gide e Rist (*Histoire des Doctrines Economiques, 1908* — reeditado sucessivas vezes, durante mais de cinquenta anos) e o de Gonnard (*Histoire des Doctrines Economiques, cuja primeira edição é de 1921*) constituíram os textos básicos de nossos professores. Mas a partir de 1942, o manual de Paul Hugon (*História das Doutrinas Econômicas* — reeditado com modificações e acréscimos por treze vezes, até 1976) passou a ocupar o primeiro plano, sendo utilizado tanto por parte de docentes como de discentes.

A preferência por autores franceses tem explicações já muito conhecidas: a França, *carrefour* cultural do mundo, atraía a elite intelectual brasileira desde a época do Brasil-colônia. Nada mais natural, portanto, que inspirasse também nossos professores de História das Doutrinas Econômicas. Neste campo, ademais, a França dava maior des-

taque, em comparação com os outros países, ao ensino de História das Doutrinas Econômicas: além de cadeira especial em cada Faculdade de Direito (onde constituía, também, matéria de exame de doutorado e de concurso de agregação) era ministrada na Sorbonne e na *École des Hautes Études*.

Por outro lado, os autores franceses apresentavam um *penchant para* a discussão ideológica que atraía grande número de nossos professores. Daí, muitos deles concordarem com Pirou (1) sobre a conveniência da separação “radical” entre teoria e doutrina, ou seja, entre a explicação e a apreciação, entre o conhecimento do real e o julgamento de valor. Outros, porém, seguiram a posição de Paul Hugon (2), que integrava, em seus cursos, os estudos teóricos e doutrinários (no sentido que lhes atribui Pirou), bem como o “pensamento econômico” e a “análise econômica” (no sentido schumpeteriano). Recomendava que os estudos da ciência econômica fossem efetuados num ambiente de objetividade, “indiferença”, neutralidade e amoralidade científicos, cabendo à doutrina a “interpretação” econômica, com *éclairages* de outras ciências e sentimentos e idéias forjadas na *dure école des siècles*.

Em Universidades de outros países também houve, durante muitos anos, preferência pela abordagem doutrinária e subjetiva da história do pensamento econômico, após estudos de teoria econômica.

---

(1). — Segundo Pirou (*Traité d'Economic Politique*, Paris, 2e. ed., 1945, p. 208 e segs.) a teoria tem por fim descrever e explicar a realidade, interpretando seus mecanismos e seu funcionamento. É objetiva, interessando-se apenas pelo *que é* e não “pelo que deveria ser”. A doutrina, ao contrário, aprova ou critica o sistema que examina, propondo eventualmente sua manutenção ou sua modificação, no todo ou em parte. Somente a teoria seria uma manifestação da ciência, porque se coloca no terreno do conhecimento; a doutrina, por conter julgamentos de valor, apreciação das instituições e dos regimes, inclui não apenas contribuições da Economia, mas das outras Ciências Sociais.

(2). — “Uma doutrina econômica constitui, a um só tempo, um projeto de organização econômica de dada sociedade e uma interpretação da atividade econômica de dada época... A ciência visa à explicação os fenômenos econômicos. Para isso observa, analisa, levanta hipóteses e as verifica, em confronto com os fatos... A doutrina é um projeto de organização da sociedade, tal como seu autor a julgar melhor. Ela contém os elementos da política econômica escolhida para realizar a organização desejada... A doutrina facilita o estudo da teoria e a elaboração da ciência, estabelecendo um nexo entre os fatos isolados — tão numerosos no campo da economia — e os princípios que os informam, colocando em foco o principal e escoimando o secundário... A doutrina econômica, parte integrante do pensamento, das idéias e da intelectualidade de uma época, é elemento eficaz, sempre ativo, algumas vezes decisivo, da organização e da evolução da sociedade...” (Paul Hugon, *História das Doutrinas Econômicas*, São Paulo, Ed. Atlas, 1972, 12a. ed. Introdução).

Por volta de 1960, entretanto, começaram a ter destaque cursos sobre a evolução da teoria econômica. Passou-se a estudar, por exemplo, a história das teorias da renda, do valor, do equilíbrio econômico, do desenvolvimento econômico, etc., com ênfase sobre *como* foram elaboradas, através dos tempos, e quais os instrumentos analíticos utilizados. Aos poucos foi crescendo o interesse pela análise das convergências, conciliações ou sínteses temporárias das explicações científicas, sem que os homens, o meio sócio-econômico, as escolas ou os sistemas ocupassem lugar preponderante. Paralelamente aos cursos de *História das Doutrinas Econômicas* surgiram, então, cursos de *História das Teorias Econômicas*.

Na França, por exemplo, a dualidade de cadeiras de História das Doutrinas Econômicas e de História das Teorias Econômicas persistiu durante vários anos, apesar de protestos de docentes como Emile James (3).

Gradativamente, entretanto, a complementaridade dessas abordagens foi sendo integrada em uma só cadeira (posteriormente disciplina, com a eliminação das cátedras) de *História do Pensamento Econômico*.

Mas não se trata de uma História do Pensamento Econômico no sentido schumpeteriano, ou melhor, voltada para a política governamental, incluindo as transformações históricas das “opiniões populares” ou “atitudes” sobre assuntos econômicos. Embora considere pensamento e análise econômica essencialmente ligados entre si, Schumpeter dedicou-se, longos anos, ao estudo histórico da análise econômica, concebida como uma história da ciência econômica orientada para a pesquisa e o aperfeiçoamento dos instrumentos do conhecimento. Estes, como conceitos explicativos da realidade, são representações imperfeitas dessa realidade, o que implica na constante busca de seu aperfeiçoamento e, portanto, no progresso dos instrumentos do conhecimento (4).

---

(3). — “Nenhum criador de sistema científico jamais separou a teoria da doutrina. As rigorosas demonstrações “teóricas” seguem-se julgamentos e críticas. É difícil, diante de certas exposições, saber se são teóricas ou se são doutrinárias... A ciência não deve consistir exclusivamente em exposições sintéticas de mecanismos. Não lhe é lícito desinteressar-se das conclusões que os homens de ação dela extraem... Eis porque não distinguimos a teoria da doutrina. Eis porque preferimos considerar cada um dos grandes esforços do pensamento econômico em toda a sua amplitude” (Emile James, *Histoire de la Pensée Économique au XXe Siècle*, Paris, PUF, 1955, Prefácio).

(4). — Schumpeter (*History of Economic Analysis*, N.Y. 1959) distingue História do Pensamento Econômico de História da Análise Econômica e de Sistemas de Economia Política. A primeira é uma manifestação do espírito que, tomando a atividade econômica como objeto, aplica-se, ao mesmo tempo, a descrever e a julgar, a explicar e a apreciar, formulando julgamentos de valor e, em seguida, projetos de reforma. A segunda é a história

Não se trata, igualmente, de uma História do Pensamento Econômico no sentido que lhe atribuem, de modo geral, os autores soviéticos. Para estes, a História do Pensamento Econômico representa, em comparação com a História das Doutrinas Econômicas, uma fase “inferior” do conhecimento teórico a respeito de como se refletem, na consciência das classes sociais e de seus representantes, as relações econômicas entre as pessoas, levando em conta as condições concretas da luta de classes e as mudanças econômicas da sociedade (5).

Aliás, a discussão sobre o conteúdo da História das Doutrinas Econômicas e da História do Pensamento Econômico, que empolgou, durante vários anos, professores da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, reflete-se ainda em tratados e manuais de ampla divulgação em nossos dias. É o caso, por exemplo, dos livros de Heimann (*History of Economic Doctrines — An Introduction to Economic Theory*), de Hutchison (*A Review of Economic Doctrines, 1870-1929*) — obra considerada fundamental em diversas Universidades inglesas e americanas, mas que, apesar do título, é muito mais ampla, contendo de fato uma história do pensamento econômico) ou de Bourcier de Carbon (*Historie de la Pensée et des Doctrines Économiques* — título que não se justifica diante da posição tomada pelo próprio autor no Prefácio) (6).

\* \* \*

## 1. — RETROSPECTO SUMÁRIO DO ENSINO DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO NOS CURSOS SUPERIORES BRASILEIROS.

No Brasil, a passagem do enfoque de *História das Doutrinas Econômicas* para a *História do Pensamento Econômico* tem sua principal

---

do esforço intelectual efetuado com o objetivo de compreender o fenômeno econômico: é a história dos aspectos científicos ou analíticos do pensamento econômico (Cap. I). A terceira é a “exposição de amplo conjunto de políticas econômicas, que seu autor sustenta com base em determinados princípios normativos, como os princípios do liberalismo econômico, do socialismo, etc.” (Cap. 4).

Para Schumpeter, poder-se-ia escrever uma história do pensamento econômico de acordo com um plano oposto ao de sua *História da Análise Econômica* (*idem, ibidem*).

(5). — Apud Karataev, Ryndina, Stepanov e outros, *Historia de las Doctrinas Económicas*, trad. México, Ed. Grijalbo, 1964, vol. I. Cap. I, p. 4.

(6). — “É moda distinguir-se, em economia, pensamento e doutrina, como se uma pudesse existir sem a outra, e como se a segunda não introduzisse sempre a primeira. As doutrinas subentendem o pensamento como a experiência subentende a teoria, testando a hipótese (Luc Bourcier de Carbon, *Essai sur l'Histoire de la Pensée et des Doctrines Économiques*, Paris, Ed. Montchrestien, 1971, vol. I, Prefácio).

explicação no deslocamento do eixo dos estudos de Economia das Faculdades de Direito e de Filosofia (Curso de Ciências Sociais) para as Faculdades de Economia e Administração.

De fato, em nosso País, até à criação dos centros especializados de ensino e de pesquisa de Economia, na década de 40, foram inicialmente os professores de Direito (1827) e, em seguida de Engenharia (1864), que tiveram a responsabilidade principal da docência dessa cadeia, em nível superior. A partir de 1934, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, deu-lhe especial atenção no contexto das Ciências Sociais.

Assim, com a instalação dos Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais no Brasil (Lei de 11 de agosto de 1827), Olinda e São Paulo tornaram-se os dois grandes núcleos de ensino oficial de Economia em nosso País. Consideravam a Economia, entretanto, simplesmente como disciplina de “formação cultural” do jurista ou do advogado.

Em 1864 surgiu a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, somando sua atividade docente, no campo econômico, às Faculdades de Direito de Pernambuco e de São Paulo. Mas desde o início seu enfoque foi diferente: encarava a Economia muito mais como instrumento de trabalho do que como complemento cultural e circunscrevia seu campo de atuação sobretudo à empresa industrial.

Dessa maneira, as Faculdades de Direito de Recife e de São Paulo, e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, representam os modelos fundamentais que inspiraram cursos idênticos em outros Estados brasileiros, a partir de 1889.

Nas *Faculdades de Direito* a influência da Escola Clássica preponderou, de modo geral, até por volta de 1930. Em Recife, o pensamento clássico-liberal teve como base fundamental James Mill (*Elementos de Economia Política*, de 1820) difundindo entre os alunos o essencial do pensamento de Say, da filosofia de Bentham e da economia ricardiana. Em São Paulo, o livro de Say (*Catecismo de Economia Política*, de 1815) marcou o início dos estudos econômicos superiores (7).

---

(7). — Assim que começou a lecionar, o primeiro professor de Economia Política da Faculdade de Direito de Recife — Pedro Authan da Mata e Albuquerque — traduziu e publicou o livro de James Mill (*Elementos de Economia Política*). Embora tenha estudado na França (Aix), não utilizou como textos de base as obras de Say que conhecia muito bem (em especial o *Traité d'Economie Politique*, de 1803 e o *Cathéchisme d'Economie Politique*, de 1815). Preferiu James Mill, autor que integrava os ensinamentos de Say e de Ricardo, difundindo, assim, entre seus discípulos, o liberalismo clássico inglês e francês.

Mas, embora a corrente clássica francesa constituísse a tônica principal no limiar dos estudos econômicos no Brasil, clássicos anglo-saxões, liberais italianos e, depois, críticos dos clássicos (como Sismondi e autores da Escola Histórica), neoclássicos (de Mac-Leod a Alfred Marshall) ou humanistas (como Charles Gide) imprimiram-lhe caráter multiforme e eclético. Aliás, além de não ser exclusiva, a contribuição teórica dos clássicos foi, desde o início dos cursos de Economia no Brasil, recebida com cautela e moderação, em face das peculiaridades de nosso meio socio-econômico.

Nas Escolas Politécnicas, igualmente, o ensino econômico iniciou-se fortemente embasado nas teorias clássicas, mas rejeitando as teses liberais e voltando-se para o intervencionismo e o protecionismo, diante da necessidade de preservar nossa indústria nascente da concorrência exterior. Embora atraídos pelo otimismo de Smith, Say ou Bastiat, os professores brasileiros analisavam os argumentos protecionistas de List, as críticas dos socialistas utópicos e dos intervencionistas. O instrumento matemático de que dispunham facilitou-lhes a concentração nos estudos econômicos quantitativos e voltados para a ação, tornando-os os precursores brasileiros nesse campo.

De modo geral, o que se verifica em nosso País é que, tanto nas Faculdades de Direito, com uma abordagem essencialmente qualitativa e humanista, como nas Faculdade de Engenharia, com uma abordagem progressivamente quantitativa, o ensino da Economia reservava lugar a um rápido estudo da história da evolução da Ciência Econômica, dentro do programa da cadeira de Introdução à Economia. Desde seus primórdios, em ambas as Faculdades, não houve propriamente um curso de História do Pensamento Econômico. Nas Faculdades de Direito, todavia, sempre se verificou maior tendência dos professores no sentido de discutir a evolução das doutrinas econômicas.

A posição dessas Faculdades, aliás, é coerente com os fins primordiais a que se destinam, e que consistem em preparar profissionais no campo jurídico ou da engenharia. Mas se essa posição é essencialmente justificada nos Cursos de Graduação, não o é nos Cursos de Pós-Graduação. Nestes, a História do Pensamento Econômico, como disciplina da área complementar, está apta a fornecer aos estudantes de direito e de engenharia, uma estrutura de referência indispensável, inclusive à compreensão mais profunda de suas próprias

---

Igualmente em São Paulo, o primeiro professor de Economia Política da Faculdade de Direito — Conselheiro Carlos Carneiro de Campos, Visconde de Caravelas — apresentava formação francesa (estudou em Paris) e, durante quase trinta anos, baseou seus ensinamentos nas obras de Say.

atividades profissionais. Keynes, aliás, já dizia que, falsas ou verdadeiras, as idéias dos economistas são mais poderosas do que se pode imaginar, e que

“até mesmo os homens de ação, que se acreditam isentos de quaisquer influências doutrinárias, são geralmente escravos de algum economista do passado” (8).

Todavia, enquanto nas Faculdade de Direito a atenção para com a história da economia é pequena (ênfatisando especialmente as doutrinas econômicas) e nas Faculdades de Engenharia é quase nula, nos Cursos de Ciências Sociais, das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, a situação tem sido muito diferente.

No Estado de São Paulo, por exemplo, o ensino da história da economia sempre ocupou lugar de destaque nos Cursos de Ciências Sociais, da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, criada em 1934. No Rio de Janeiro, a partir de 1939 e, em seguida, em vários outros Estados brasileiros, a História das Doutrinas Econômicas vem sendo desenvolvida na área das Ciências Sociais, quer no âmbito do ensino superior oficial, quer no âmbito do ensino superior particular.

A ex-Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (hoje Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) da Universidade de São Paulo, apresentou sempre meio intelectual eclético, de caráter “internacional”. Durante vários anos contou, em suas diversas seções (atualmente transformadas em Departamentos ou Faculdades), com a contribuição de “Missões Culturais” de diferentes países e, posteriormente, com professores estrangeiros contratados em diversas áreas. A ex-cadeira de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, do Curso de Ciências Sociais, entretanto, esteve sob a responsabilidade de professores franceses durante trinta e cinco anos: François Perroux, René Courtin e Pierre Fromont, nos primeiros tempos, e Paul Hugon, durante trinta anos. A Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras do Rio de Janeiro recebeu, igualmente, grande influência de professores franceses, como Gaston Leduc, Maurice Byé, Daniel Villey, Alain Barrère, Jacques Boudeville e outros.

O Prof. Paul Hugon, especialmente, influenciou na formação econômica de várias gerações, não apenas de cientistas sociais, socioló-

---

(8). — “Os visionários influentes, que ouvem vozes do céu, destilam as utopias nascidas alguns anos antes, de algum escritor de Faculdade”, J. M. Keynes, *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, trad. francesa, Paris, 1959, p. 395.

gos, demógrafos, estatísticos, mas também de economistas. Grande parte de seus discípulos integrou e integra ainda os quadros docentes e técnicos de Institutos Superiores de ensino e de pesquisa, em vários Estados brasileiros. É que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras representou, até à reforma da Universidade de São Paulo, em 1969, um complexo conjunto de diferentes áreas de especialização. O Prof. Hugon, além de ser catedrático contratado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, participou, desde o início, da então Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, também da Universidade de São Paulo, a princípio como membro da equipe que a planejou e, em seguida, durante dez anos, como catedrático contratado da cadeira de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas.

Tanto na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, seu curso de *História das Doutrinas Econômicas*, do bacharelado, era precedido de dois anos, no mínimo, de estudos de *Teoria Econômica*. Nos Cursos de Especialização, depois denominados Cursos de Pós-Graduação (em sentido diferente do atual, ou seja, dos Cursos de Mestrado e de Doutorado, implantados com a Reforma Universitária de 1969), da ex-Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Prof. Hugon dedicava dois anos à análise histórica de Escolas ou autores, e orientava os “trabalhos de aproveitamento” dos alunos sobre a economia brasileira. Vários de seus discípulos elaboraram teses de doutoramento sobre aspectos da história do pensamento econômico no Brasil.

Com a instalação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, em 1946 e, dois anos antes, da Fundação Getúlio Vargas, passaram a funcionar, nas áreas oficial e particular, os dois mais importantes centros de ensino e de pesquisa de Economia do País.

A Fundação Getúlio Vargas — pessoa civil de direito privado, segundo os termos de seus estatutos, aprovados pela Portaria n.º 9.407, de 19/10/1944 — inclui, entre seus objetivos, formar e aperfeiçoar pessoal especializado para as empresas públicas e particulares, planejar e organizar serviços ou empresas, promover estudos e pesquisas e constituir um centro de documentação para sistematizar e propagar os conhecimentos técnicos.

A Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, denominada Faculdade de Economia e Administração com a Reforma da Universidade de São Paulo (1969) apresenta objetivos semelhantes, desde sua fundação. De acordo com seu Regimento, tem as seguintes finalidades: I. — o ensino em grau superior, de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária; II. — a realização de estudos e

pesquisas relativos a esses ramos do conhecimento científico e técnico; III. — a prestação, no seu campo específico, de serviços à comunidade, através da colaboração com empresas privadas e com órgãos do serviço público; e IV. — a manutenção de intercâmbio cultural e técnico com os centros científicos do País e do estrangeiro (art. 2.º).

Com o decorrer do tempo, a Fundação Getúlio Vargas e a Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, impuseram-se como importantes centros especializados de docência e de pesquisa, onde o estudo da Economia passou a ser organizado, essencialmente, em função da atividade profissional de seus bachareis. Nos Cursos de Pós-Graduação, entretanto, a Economia vem recebendo mais amplamente o suporte das outras Ciências Sociais, de maneira a complementar a “formação técnico-cultural” dos Mestres e Doutores em Economia.

Realmente, tanto na Fundação Getúlio Vargas como na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, o ensino e a pesquisa da Economia compõem a área de concentração e são orientados de uma “forma independente” ou no sentido de formar seus próprios especialistas. Ora, esta situação difere daquela em que se encontrava, até então o ensino da Economia, isto é, subordinado à formação profissional de outros especialistas (advogados, engenheiros, cientistas sociais, sociólogos, etc.). Como “complemento cultural”, contudo, está sendo cada vez mais solicitada pelas demais Faculdades, que vão incluindo a Economia em seus cursos de Geografia, História, Educação, Arquitetura, Urbanismo, Comunicações, Saúde, Farmácia, etc.

Qual, entretanto, a posição da História do Pensamento Econômico no contexto dos centros brasileiros especializados na docência e na pesquisa da Economia?

É o que veremos, a seguir, primeiramente num plano geral e, depois, apenas no âmbito da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

\*  
\*

## 2. — POSIÇÃO DA DISCIPLINA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO NOS CENTROS ESPECIALIZADOS DE DOCÊNCIA E DE PESQUISA DE ECONOMIA.

### 2.1. — *Abordagem geral.*

Os estudos de História das Doutrinas Econômicas despertaram grande interesse dos docentes e dos discentes das Faculdades de Economia e

Administração brasileiras, quer públicas, quer particulares, até por volta de 1960. A partir desta década, entretanto, passaram a relegar essa disciplina a segundo plano, concentrando seus esforços na área da Teoria Econômica. Sempre reconheceram porém, a importância da análise sistemática de contribuições teóricas e doutrinárias de economistas e de Escolas do passado. Mas, imbuídos do pragmatismo de nossa época e da pressão profissionalizante, com o fim de ingressar, o mais rapidamente possível, no mercado de trabalho e desfrutar da sociedade de consumo, começaram a deixar as disciplinas complementares ou optativas (entre as quais História das Doutrinas Econômicas ou História do Pensamento Econômico) para “outra ocasião”, para “mais tarde”, quando pudessem ler tranquilamente os principais autores no texto original. . . E como *l'enfer est pavé de bonnes intentions*, os alunos lêem pouco, até mesmo os comentaristas superficiais, durante o bacharelado.

Conseqüentemente, os Auxiliares de Ensino que ingressam na carreira universitária, nos últimos anos, preferem trabalhar na área de concentração, à qual haviam se dedicado especialmente quando alunos.

Dai haver também, no atual corpo docente universitário, pouco interesse pelas disciplinas complementares, como é o caso de História do Pensamento Econômico. Aliás, essa situação parece ser, de modo geral, semelhante na maioria dos países ocidentais. Nos Estados Unidos, por exemplo, pesquisas como a de Bowen, revelaram que apenas 37% dos professores consultados, em diferentes Universidades americanas, recomendaram a disciplina História do Pensamento Econômico no currículo de graduação de Economia (9). Anos mais tarde, Gordon (10) ouviu quarenta Departamentos de Economia dos Estados Unidos e do Canadá, nos quais os estudos de História do Pensamento Econômico eram obrigatórios no programa de Doutorado: 66% das respostas concediam menor importância a essa disciplina.

Apesar dessa tendência, ou talvez procurando lutar contra ela, professores de renome internacional insistem na importância do ensino de História do Pensamento Econômico nos cursos de graduação e pós-graduação de Economia.

---

(9). — Howard Bowen, “Graduate Education in Economics”, *American Economic Review*, setembro de 1953.

(10). — Donald F. Gordon, “The Role of the History Thought in Understanding of Modern Economic Theory”, *American Economic Review — Papers and Proceedings*, maio de 1965.

Nesse sentido, aliás, já se tornou clássica a importância que Schumpeter atribui ao estudo da História, em qualquer ciência (11). No campo econômico, seu argumento mais decisivo é representado por sua monumental *História da Análise Econômica* à qual dedicou não apenas os últimos nove anos de sua vida, mas toda a sua existência, segundo o testemunho de sua esposa.

Poderíamos enumerar opiniões de economistas de alto gabarito, como Barber, Bell, Roll, Hutchison, Spengler, Seligman, Taylor, Hugon, Denis, James, Barrère, Stavenhagen e numerosos outros (12). Mas este *paper* não apenas ficaria muito longo, como nos distanciáramos do tema a que nos propusemos, que consiste em mostrar a importância dos estudos de História do Pensamento Econômico no ensino profissionalizante de Economia. Limitar-nos-emos a lembrar que, há vários anos, um grupo de especialistas, incumbido pela UNESCO de intercâmbio de planos e programas de estudo para a formação de economistas, concluiu seu Relatório acentuando enfaticamente a importância atribuída à História do Pensamento Econômico pelas Faculdades de Economia dos países consultados — conclusão, portanto diametralmente oposta à da pesquisa de Gordon, a que nos referimos (13).

\*

## 2.2. — *Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.*

A análise da posição dos estudos de História do Pensamento Econômico, no contexto da Faculdade de Economia e Administração, da Universidade de São Paulo, está diretamente ligada à análise da própria linha evolutiva do enfoque dos estudos de Economia em nosso País. Este enfoque, por sua vez, implica em tomada de posição na polêmica metodológica que travam historicistas, instituciona-

---

(11). — Segundo Schumpeter, o estado de qualquer ciência, num tempo qualquer, envolve sua história anterior e só será entendido se se tornar explícita essa história. Por isso, os ensinamentos desta ciência são sempre úteis, "ainda que por vezes desanimadores". Assim, em Economia, "os problemas, métodos e resultados não poderão ser suficientemente entendidos, sem conhecimento de como os economistas chegaram às conclusões que estabelecem" (*op. cit.*, vol. I, p. 27).

(12). — A respeito das opiniões desses autores, cf. a bibliografia que acompanha o programa de História do Pensamento Econômico I, dos Cursos de Pós-Graduação do Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, publicado em 1974, pelo IPE.

(13). — Apud T. W. Hutchison, *A Review of Economic Doctrines, 1870-1929*, Oxford, Clarendon Press, 1953, p. III, Introdução.

listas, marginalistas, neoclássicos, “welfaristas”, neokeynesianos e outros.

Ora, essa tomada de posição está intimamente relacionada com a revisão da própria concepção de Ciência Econômica: seu objeto de estudo não é uma atividade econômica concebida sob a forma de relações que se estabelecem entre indivíduos considerados como seres abstratos, mas é uma realidade *dinâmica* (que ignora o equilíbrio, ou melhor, conhece apenas os desequilíbrios) e *complexa* (composta de indivíduos e de grupos sociais, de conjuntos que atuam uns sobre os outros e sofrem múltiplas influências de fatores socio-psicológicos, ecológicos, etc.).

Não é fácil, portanto, dizer-se quando o ensino de Economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo deixou de ser simplesmente especulativo e “desinteressado” para se tornar “profissionalizante”. Se tomarmos como ponto de referência a fixação do currículo mínimo de Ciências Econômicas e a divisão do curso superior de Economia em dois ciclos (Básico e de Formação Profissional), podemos considerar o ensino de História do Pensamento Econômico na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo em dois momentos principais:

— o *primeiro período* compreende, de modo geral, os quinze anos de atividade da Faculdade de Economia e Administração, a contar de sua fundação. É marcado por uma concepção de Economia predominantemente especulativa, que procura distinguir a teoria econômica (economia pura) da economia aplicada e excluir a política econômica, considerada inicialmente como “arte” e, por conseguinte, fora do campo de estudo da ciência econômica (14). Contudo, é nesse período que se inicia a ebulição metodológica ligada a uma concepção de Economia que não mais se contenta em “interpretar” o mundo econômico, mas que deseja “transforma-lo” e, para isso, deverá dispor de outro instrumental analítico. Como se vê, a História das Doutrinas Econômicas está incluída no quadro de um ensino que, embora em mudança, não é fundamentalmente profissionalizante e atribui maior importância à “formação cultural” do economista.

— O *segundo período* torna-se nítido a partir de 1962, quando predomina a concepção de Economia voltada mais diretamente para

---

(14). — Cf. artigo de Paul Hugon, *Anuário* da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, São Paulo, 1974. Através das publicações subsequentes do *Anuário*, entretanto, verifica-se gradativa mudança de orientação no ensino, que se volta, cada vez mais, para a ação e busca bases analíticas, com o objetivo de atender às necessidades da política econômica e do planejamento para o desenvolvimento.

a ação: a teoria econômica passa a ser utilizada, principalmente, para explicar, compreender e prever os fenômenos do mundo real (15). A metodologia da Economia Positiva é a mais generalizada por que dispensa ao comportamento humano o mesmo tratamento das ciências físicas (16). No contexto de um ensino fundamentalmente profissionalizante, é instituída a História do Pensamento Econômico, de acordo com o currículo mínimo fixado pelo Conselho Federal de Educação.

Vejamos esses dois períodos separadamente.

\*

2.2.1. — *Os primeiros quinze anos de atividade da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.*

A mudança de orientação no ensino da Faculdade de Economia e Administração pode ser observada através da comparação entre o currículo do bacharelado em Economia, instituído em 1947, e o que vigora no último decênio.

De fato, segundo os termos do Decreto 17.349, de 1º de julho de 1947, a então Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, da Universidade de São Paulo (17), “para melhor atender às necessidades de pesquisa e do ensino”, reunia as cadeiras congêneres em cinco Departamentos: Matemática, Estatística, Economia, Direito, Organização e Contabilidade. O então Departamento de Economia enfeixava as seguintes cadeiras:

- Geografia Econômica;
- História Econômica;

---

(15). — A respeito da possibilidade de analisar cientificamente o comportamento humano, escreveu Lipsey: “Em grande número de casos é possível prever, com bastante exatidão, em ambos os tipos de ciência (naturais e sociais) o comportamento do grupo, sem necessidade de fazê-los especificamente com qualquer de seus membros. Nenhum cientista social pode prever, por exemplo, quando o indivíduo morrerá, enquanto as porcentagens de mortalidade em grandes grupos de indivíduos são suficientemente estáveis para fazer do seguro de vida um negócio muito rentoso” (*An Introduction to Positive Economics*, Londres, 1963).

(16). — Milton Friedman, “The Methodology of Positive Economics”, *Essays in Positive Economics*, Chicago, 1953, p. 3-43.

(17). — A Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, instalada em 26/1/1946, pelo Decreto nº 15.601, tinha por finalidade (nos termos de seu artigo 2º): o ensino, em grau superior, de Economia e Administração, e a realização de estudos e pesquisas relativos a esses ramos de conhecimento científico e técnico.

- Sociologia Econômica;
- Ciências das Finanças (abrangendo Finanças das Empresas e Política Financeira);
- Economia Política e História das Doutrinas Econômicas;
- Valor e Formação de Preços; Moeda e Crédito; Comércio Internacional e Câmbios;
- Repartição da Renda Social; Evolução da Conjuntura Econômica e Estudo Comparativo dos Sistemas Econômicos;
- Técnica Comercial e dos Negócios.

Nesse contexto, o estudo da História das Doutrinas Econômicas, segundo as palavras do professor contratado que regeu essa cadeira, durante cerca de dez anos, apresenta para o economista

“interesse deteminado por várias razões: a doutrina, com efeito, influencia a organização e a evolução das sociedades; seu conhecimento permite interpretar essa organização e essa evolução; a doutrina atua sobre a elaboração da ciência econômica, estimulando-a e facilitando-a; enfim, o conhecimento das doutrinas contribui para a formação e o desenvolvimento do espírito crítico” (18).

A mudança de orientação dos estudos de história da Economia efetivou-se, a partir de 1962, com a fixação, pelo Conselho Federal de Educação (19), como já dissemos, do currículo mínimo dos cursos de Ciências Econômicas em todo o País. Essa mudança se baseou em inquérito realizado em quinze Faculdades de Economia e em estudo elaborado por uma Comissão de Professores, nomeada pela Diretoria de Ensino Superior, do Ministério da Educação e Cultura (20).

---

(18). — Paul Hugon, *História das Doutrinas Econômicas*, São Paulo, Ed. Atlas, 13a. ed. p. 22.

(19). — O Conselho Federal de Educação, criado pela Lei 4.024, de 20/12/61, tem, entre outras, competência para fixar os mínimos de conteúdo e duração dos cursos superiores.

(20). — Cf. o Parecer nº 397/62, do Relator Faria Góes. Entre os argumentos aí apresentados, podemos destacar os constantes do seguinte trecho: “Como se forma o economista e quantos degraus deverá percorrer no desempenho das suas funções na profissão? Como em todas as carreiras, o primeiro diploma assegura ao jovem economista a capacidade de participar da profissão como um principiante, como um novo, um *junior*, ao lado de profissionais mais antigos, *senior*. Com muita frequência, só após algum tempo de contacto com tarefas práticas é que começa o jovem profissional a ter real compreensão das teorias de que ouviu explicações ou que leu durante o curso. Nesta altura, verificará a necessidade de aprofundar o estudo delas... A expressão currículo mínimo deve ser entendida, a nosso ver, em termos de possibilitar o primeiro contacto com a profissão, a aprender a estudar as

Assim, o Conselho Federal de Educação estabeleceu um conjunto de matérias, que representava apenas um “núcleo”, cabendo às Faculdades incluírem outras, que julgassem necessárias. Mas, o que é mais importante, dividiu as matérias em dois grupos: um básico e outro profissional (21).

Durante o *Ciclo Básico* o economista, juntamente com o estudante de Administração e de Ciências Contábeis e Atuariais — estuda:

1. — Introdução à Economia.
2. — Matemática.
3. — Contabilidade.
4. — Estatística.
5. — História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil.
6. — Geografia Econômica.
7. — Instituições de Direito.
8. — Introdução à Administração.
9. — Sociologia.

No *Ciclo de Formação Profissional* foram consideradas mínimas as seguintes matérias:

1. — Análise Macroeconômica.
2. — Contabilidade Nacional.
2. — Economia Internacional.
4. — Moeda e Bancos.
5. — História do Pensamento Econômico.
6. — Análise Microeconômica.
7. — Finanças Públicas.
8. — Política e Programação Econômica.

A então Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, da Universidade de São Paulo, que já contava com Congregação e Conselho Técnico (1960) e estabelecera critério de precedência de disciplinas (1961), duração maior dos cursos noturnos, etc., iniciou a reorganização de seu currículo em cumprimento às determinações do Conselho Federal de Educação. Considerou indispensáveis à for-

---

teorias e técnicas que lhe são pertinentes e a aproveitar ao máximo as aquisições que a aprendizagem em serviço vai ensejar”. (Ministério da Educação, Conselho Federal de Educação — *Currículos mínimos dos Cursos em Nível Superior*, Brasília, 1974, p. 81-82).

(21). — A duração do Curso de Ciências Econômicas foi fixada em quatro anos, possibilitando maior duração e menor carga horária por dia para os cursos noturnos.

mação do economista, além da matérias fixadas pelo Conselho Federal de Educação, mais as seguintes:

- *Economia I* (Introdução à Economia; História do Pensamento Econômico; Ciência Política).
- *Economia II* (Análise Microeconômica I; Formação de Preços; Análise Microeconômica II; Empresas Governamentais e Formação de Preços Públicos; Economia Internacional; Relações Internacionais; Moeda e Bancos).
- *Economia III* (Análise Macroeconômica II; Repartição da Renda Social; Sistemas Econômicos e Políticos Comparados; Evolução da Conjuntura Econômica).
- *Economia IV* (Análise Macroeconômica I; Contabilidade Nacional; Teoria do Desenvolvimento Econômico; Economia Brasileira; Programação Econômica; Planejamento Governamental).
- *Economia V* (Política Econômica; Análise Microeconômica II; Economia das Empresas Agrícolas).
- *Finanças Públicas*; Finanças das Empresas Públicas; Técnica Orçamentária.

Quanto às matérias ministradas por outros Departamentos da própria Faculdade de Economia e Administração, também houve acréscimos em relação ao currículo mínimo, tendo-se em vista a complementação dos estudos da área de economia:

- Matemática I (Complementos de Matemática; Análise Matemática).
- Contabilidade I (Contabilidade Geral e Contabilidade Pública).
- Estatística I (Estatística Econômica; Econometria).
- Estatística II (Estatística Geral, Estatística Matemática; Estatística Demográfica).
- Estatística III (Matemática Aplicada à Economia; Pesquisa Estatística de Mercados; Processamento de Dados).
- Geografia Econômica Geral e do Brasil.
- História Econômica Geral e Formação Econômica e Social do Brasil.
- Sociologia Geral e Aplicada.

A reestruturação didática dos cursos de graduação foi completada com o estabelecimento de bases para cursos de Pós-Graduação e atividades de pesquisa.

Para consolidar essa nova estrutura, criou-se o IPE (Instituto de Pesquisas Econômicas) cuja atuação no programa de Mestrado e de

Doutorado, na área de Economia da Faculdade de Economia e Administração, vem adquirindo importância crescente. Por esse motivo, dedicaremos ao IPE — embasado, anos mais tarde, na FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) — o item a seguir.

Vejamos, pois, qual a importância dos cursos de História do Pensamento Econômico dentro da programação do IPE.

\*

2.2.2. — *IPE (1962) e FIPE (1973): docência e pesquisa — Cursos de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado).*

Os trabalhos de implantação do IPE (Instituto de Pesquisas Econômicas), como órgão anexo à ex-Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, da Universidade de São Paulo, tiveram início em 1962. O Conselho Universitário, em sessão de 8/6/1964, aprovou seu Regulamento. Nesse mesmo ano, devidamente autorizado pelo Senhor Governador do Estado (22), o Reitor da Universidade de São Paulo baixou a Portaria GR-nº 104 (de 3/11/64) aprovando o Regulamento do Instituto de Pesquisas Econômicas.

Os objetivos do Instituto de Pesquisas Econômicas, de acordo com o seu Regulamento, consistem em efetuar estudos visando à crítica e ao aperfeiçoamento da teoria econômica; à promoção da pesquisa básica, da investigação e interpretação das estruturas e dos processos econômicos e sociais do País; à aplicação dos resultados das pesquisas ao planejamento econômico empresarial e governamental; e ao ensino técnico-profissional em nível de pós-graduação.

Com a reforma introduzida na Universidade de São Paulo pelo Decreto nº 52.326, de 16/12/1969, o Instituto de Pesquisas Econômicas passou a constituir Centro Complementar do Departamento de Economia (23), da Faculdade de Economia e Administração (24), com o objetivo de

---

(22). — Cf. despacho de 29/10/64, fls. 49 do Processo RUSP nº 29.597/63.

(23). — O Departamento de Economia é a “menor fração da estrutura universitária, para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica” (art. 45 do atual Estatuto da Universidade de São Paulo).

(24). — A Faculdade de Economia e Administração (FEA) conta atualmente com três Departamentos: Economia, Administração e Contabilidade e Atuária. Cada Departamento possui um Centro Complementar, ou seja, respectivamente: IPE (Instituto de Pesquisas Econômicas), IA (Instituto de Administração) e IPECA (Instituto de Pesquisas de Contabilidade e Atuária).

“potenciar a atuação do Departamento no campo do ensino e da pesquisa, e prestar serviços à comunidade, projetando-a na área comunitária” (art. 66 do Decreto nº 52.906, de 27-3-1972).

O Instituto de Pesquisas Econômicas intensificou sua atividade no campo do ensino e da pesquisa a partir, principalmente, de 1966, quando a Fundação Ford e a USAID complementaram seus recursos orçamentários. No *campo do ensino*, criou cursos de Pós-Graduação para alunos da Faculdade de Economia e Administração e de outras Faculdades brasileiras, bem como seminários sobre assuntos especializados, mediante convênio com Universidades do Brasil e do Exterior, e instituições internacionais de cooperação técnica. No *campo da pesquisa*, passou a realizar trabalhos em convênio com organizações nacionais e internacionais (25).

De modo geral, pode-se dividir a atuação do Instituto de Pesquisas Econômicas em três etapas: na primeira, que vai de sua criação até 1964, o Instituto de Pesquisas Econômicas estabeleceu sua infra-estrutura; de 1966 a 1970, desenvolveu atividades de pesquisa e organizou os Cursos de Pós-Graduação em Economia; de 1971 em diante, consolidou sua posição como Centro Complementar do Departamento de Economia, e vem atuando intensamente como importante órgão de docência e de pesquisa.

De fato, no campo docente, o Instituto de Pesquisas Econômicas recebeu a incumbência de organizar e executar os programas dos Cursos de Pós-Graduação na área de Economia (Mestrado e Doutorado), através de decisão do Conselho do Departamento de Economia (26) em sessão de 4/3/1971, aprovada pela Comissão de Pós-Graduação da FEA (Sessão de 8/3/1971) e pelos órgãos competentes da Reitoria da Universidade de São Paulo.

No campo da pesquisa, o Instituto de Pesquisas Econômicas vem realizando importantes trabalhos, inclusive por solicitação de órgãos governamentais brasileiros, incumbidos de participar da formulação da política econômica. As áreas de maior atividade de pesquisa têm sido,

---

(25). — Cf. as publicações do IPE, em especial a “Série Monográfica”, a Revista de Estudos Econômicos, os textos de Seminários, os Relatórios periódicos, etc. Cf. também o artigo do Diretor-Presidente da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), Prof. José Francisco de Camargo, “Uma Experiência Positiva de Intercâmbio Universitário Internacional — O Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (IPE)”, *Problemas Brasileiros*, São Paulo, Federação do Comércio do Estado de São Paulo, nº 62, 1968, p. 3-8.

(26). — O Conselho do Departamento é o órgão deliberativo em assuntos de administração, ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade. É constituído dos professores titulares e adjuntos, de um representante de cada uma das demais categorias docentes e de representação discente.

especialmente, Economia Agrícola, Economia Internacional, Economia Monetária, Economia Urbana, Finanças Públicas, Recursos Humanos, Orçamentos Familiares e Análise de Demanda de Bens Duráveis e não Duráveis.

Em fins de 1973 foi criado um órgão de suporte ao Instituto de Pesquisas Econômicas — a FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas de Pesquisas Econômicas), com o objetivo precípua de colaborar com o Instituto de Pesquisas Econômicas e outras instituições públicas e privadas, em programas de desenvolvimento econômico-social; na promoção de cursos, simpósios, seminários, conferências e estudos que visem à melhoria do ensino de Economia; na publicação de estudos técnicos; na implementação de bolsas para a formação de professores e de estudantes; na realização de pesquisas que

“atendam às necessidades dos setores público e privado, tudo dentro dos cânones acadêmicos que permitam, simultaneamente, o atendimento do objetivo citado e o treinamento de pessoal especializado” (art. 1º dos Estatutos Sociais da FIPE).

Compõem o corpo técnico do Instituto de Pesquisas Econômicas, especialistas brasileiros (entre os quais se destacam os docentes da própria Faculdade de Economia e Administração) e estrangeiros (mediante convênios com órgãos de cooperação técnica e com Universidades de vários países).

Nesse sentido, vem recebendo a colaboração de docentes e pesquisadores de alto gabarito. Dentre os professores visitantes que já ministraram cursos no Instituto de Pesquisas Econômicas destacam-se:

- da Universidade de Vanderbilt: W. Thweatt, G. Sahota, W. Baer, R. D. Almonacid, A. Maneschi, D. Grahm, L. Sjaastad;
- da Universidade de Harvard: M. T. Katzman;
- da Universidade de Wisconsin: A. O. Haller, W. Sewell;
- da Universidade de Purdue: E. Schuh;
- da Universidade de Paris: D. Villar;
- da Universidade de Cambridge: W. A. Cole.

Vários professores estrangeiros de renome internacional ministraram conferências e seminários no Instituto de Pesquisas Econômicas, tais como A. Tang, N. Geogescu-Roegen, W. Nicholls (da Universidade de Vanderbilt), D. Gale Johnson, M. Friedman, A. Harberger, L. Auernheimer, M. Broda (da Universidade de Chicago), E. Bach,

J. Tobin, E. Evenson (da Universidade de Yale), Kenneth King, P. Streeten (da Universidade de Oxford), F. Sutton, L. Taylor (da Universidade de Harvard), G. Patrick (da Universidade de Purdue), A. Fislow (da Universidade de Berkley), Rosenstein-Rodan (do MIT), A. Marchal, H. Guitton (da Universidade de Paris) e muitos outros.

De acordo com a estrutura atual dos Cursos de Pós-Graduação, o Instituto de Pesquisas Econômicas ministra Cursos de Mestrado e Cursos de Doutorado. Os *Cursos de Mestrado*, com a duração de quatro trimestres, compreendem: Mestrado em Teoria Econômica e Mestrado em Bancos de Desenvolvimento (cf. Quadro n.º 1). Os alunos admitidos após a seleção, em âmbito nacional (27), contam com um curso intensivo, de seis semanas, para rever seus conhecimentos de matemática e de inglês. Os *Cursos de Doutorado*, ainda em fase de implantação, têm como objetivo o aprofundamento de estudos de Teoria Econômica (com visão crítica das várias teorias e suas implicações para o desenvolvimento da Ciência Econômica e da política econômica), de metodologia da análise econômica e de treinamento na condução de pesquisas e no trato de problemas concretos (28).

A fim de permitir integral dedicação aos estudos, o Instituto de Pesquisas Econômicas oferece bolsas a todos os alunos, nos oito primeiros meses, sendo que sua renovação depende do aproveitamento do estudante. Há possibilidade, durante o segundo curso intensivo de verão, de pagamento de bolsas aos alunos matriculados em uma das disciplinas optativas oferecidas, ou que estejam trabalhando no projeto de dissertação de Mestrado. Mas se houver necessidade de outra renovação para o período de preparo da dissertação, o Instituto de Pesquisas Econômicas facilita o encaminhamento a outros órgãos especiais (CAPES, CNPQ, FAPESP, etc).

Considerando-se que os Cursos de Doutorado estão no início, trataremos da posição dos estudos de *História do Pensamento Econômico* apenas nos Cursos de Mestrado do IPE.

Pode-se observar, através do Quadro 1, que a disciplina História do Pensamento Econômico faz parte somente do Mestrado em Teoria Econômica (TE), não estando incluída entre as disciplinas optativas de Mestrado em Bancos de Desenvolvimento (BD).

---

(27). — O IPE participa do Concurso Nacional de Seleção, promovido pela Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, e que abrange, atualmente, mais sete Centros, a saber: CAEN (Fortaleza), CEDEPLAR (Belo Horizonte), DEPE (Campinas), IEPE (Porto Alegre), PIMES (Recife), UNB (Brasília) e UFBA (Salvador).

(28). — IPE, *Programa de Mestrado em Economia*, São Paulo, 1974, p. 1.

*QUADRO Nº 1.*  
*CURSOS OFERECIDOS NO PROGRAMA DE MESTRADO EM 1975.*

1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE
Microeconomia I (TE) (BD)	Microeconomia II (TE) Elaboração e Avaliação de Projetos (BD)	Opcional (TE) Economia Industrial (BD)
Macroeconomia I (TE) (BD)	Macroeconomia II (TE) Financiamento do Desenvolvimento to (BD)	Opcional (TE) Desenvolvimento Econômico (BD)
Matemática para Economistas (TE) Matemática Financeira (BD) Análise dos Demonstrativos Financeiros (BD)	Opcional (TE) Pesquisa Operacional (BD)	Econometria I (TE) Opcional (BD)

Curriculo: disciplinas obrigatórias e opcionais

Relação de Disciplinas Opcionais

Análise Econômica dos Recursos Humanos II (TE)	Elaboração e Avaliação Social de Projetos (TE)	Economia Industrial I (TE)
Economia Internacional (Teoria do Comércio Internacional) (TE)	Financiamento do Desenvolvimento (TE)	Desenvolvimento Econômico (TE)
Programação Industrial (BD)	Sociologia do Desenvolvimento (TE)	Economia Urbana (TE) (BD)
Finanças Públicas II (TE)	<i>História do Pensamento Econômico I (TE)</i>	Teoria Monetária (TE)
Econometria II	Economia Agrícola I (TE)	Economia Internacional (Teoria do Comércio Internacional) (TE)
Microeconomia III	Política Monetária e Fiscal (TE)	Finanças Públicas I (TE) (BD)
<i>História do Pensamento Econômico II (TE)</i>		Economia Institucional (TE)
		Economia Matemática (TE)
		Recursos Humanos I (TE) (BD)
		Economia Agrícola II (TE)
		Economia Regional (TE) (BD)
		Cooperativismo (TE)

Foi ministrada, inicialmente, pelo professor visitante da Universidade de Vanderbilt, William O. Thweatt, Doutor em Filosofia (Ph. D.) e Chefe da Missão Estrangeira que colaborou com o IPE no período de 1967 a 1969, graças à cooperação financeira da USAID e da Fundação Ford. A parte principal do curso do Prof. Thweatt compõe o volume *Teorias do Desenvolvimento Econômico*, publicado em 1969. Em seu curso, o Prof. Thweatt partia do primeiro modelo macroeconômico — o “Tableau Economique” dos Fisiocratas, para estudar, depois, os clássicos (fundamentos teóricos da Riqueza das Nações; modelo de crescimento econômico de Smith; teoria ricardiana de crescimento; concepção clássica de distribuição e crescimento; interpretação do debate Malthus-Ricardo, etc); em seguida estudava a economia marxista e analisava diversos modelos de desenvolvimento econômico de autores modernos.

Alguns anos mais tarde, essa disciplina foi subdividida em *História do Pensamento Econômico I* (EAE-816) e *História do Pensamento Econômico II* (EAE-831).

O curso de *História do Pensamento Econômico I* está dividido em duas partes (29);

a. — *aulas teóricas* — que se iniciam com uma síntese crítico-retrospectiva da história do pensamento econômico, com ênfase nas quatro tradicionais correntes analíticas: clássica, marxista, neo-clássica e keynesiana. A seguir, são enfocadas as principais bases teóricas do pensamento econômico contemporâneo, fazendo-se observações sobre algumas tendências evolutivas.

b. — *seminários* — compreendem discussões de textos originais de autores previamente selecionados segundo determinados assuntos, tais como teorias da renda, ou teorias do valor, ou teorias do equilíbrio econômico, ou teorias do desenvolvimento econômico, etc. No ano letivo de 1975, por exemplo, foram escolhidos textos de Smith, Say, Malthus, Ricardo, Marx, Jevons e Clark sobre teorias da renda (30).

---

(29). — O Curso de História do Pensamento Econômico I é ministrado por Diva Benevides Pinho, Professora Adjunta do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

(30). — Os textos selecionados referem-se a obras de autores de diferentes Escolas ou épocas, tais como Smith (*Riqueza das Nações*, cap. VIII — “Salários do Trabalho”), Say (*Tratado de Economia Política*, cap. VII, Livro I e cap. V, Livro IV, t. II), Ricardo (*Princípios de Economia Política e do Impostos*), cap. V), Marx (*Salário, Preço e Lucro* — “A produção da mais valia” ou textos de *O Capital*), Jevons (*A teoria da Economia Política*, “Expressão geral da taxa de juro”), J.B. Clark (*Elementos Fundamentais de Teoria Econômica*, cap. VIII), etc.

O Curso de *História do Pensamento Econômico II* baseia-se em tema previamente determinado. Em 1974 versou sobre “Economia, Ciências e Ideologia: Perspectivas do Desenvolvimento Histórico das Teorias sobre Distribuição” e constou de quatro partes principais (31):

- a. — Metodologia científica e ideológica;
- b. — Economia ricardiana;
- c. — Teorias marxistas da distribuição;
- d. — Aspctos gerais da recente controvérsia sobre a teoria do capital.

A distribuição dos estudos de História do Pensamento Econômico em dois trimestres, nos Cursos de Pós-Graduação do IPE, revela, pois, a importância que se atribui a essa disciplina como estrutura de referência indispensável à compreensão e à análise dos problemas econômicos. Revela também a necessidade do estudante conhecer, quer no tempo, quer no espaço, o conjunto de “ferramentas” contidas nos “estojos conceituais”, isto é, nas elaborações teóricas dos mais diferentes economistas.

Nesse sentido, não seria exagero afirmar que o IPE procura formar o pós-graduado dentro de uma concepção que se volta para o sentido keynesiano ou schumpeteriano de “economista completo”:

“Deve ser matemático, historiador, estadista e filósofo — até certo ponto. Deve compreender símbolos e empregar palavras... Deve estudar o presente à luz do passado, para fins do futuro” (32).

“O que distingue o economista científico de todos os demais estudiosos que pensam, falam e escrevem sobre Economia, é um controle das técnicas que classificamos sob três títulos: história, estatística e “teoria” (33).

\* \*

\*

---

(31). — Para cada parte é indicada uma bibliografia especial. Assim, para a parte a, o Prof. Raul Ekerman, responsável por esse curso, analisou dois sistemas de pensamento: o “positivismo lógico” e o “materialismo dialético”, através das obras de K. R. Popper (*The Open Society and Its Enemies*) e de M. Cornforth (*The Open Philosophy and The Open Society: A Reply to Dr. Karl Popper's Marxism*). Para as partes b, c e d há também bibliografia especial — cf. IPE, *Programa de Mestrado em Economia*, São Paulo, 1975.

(32). — Os economistas “completos” são “aves raras”, o que talvez explique a necessidade do mestre de Economia possuir uma rara combinação de talentos, diz Lord Keynes. (*Essays in Biography*, Londres, R. Hart-Davis, 1951, p. 140-141).

(33). — Schumpeter, mais tarde, acrescentou “um quarto ramo fundamental: a Sociologia Econômica” (*Op. cit.*, vol. I, p. 34).

## CONCLUSÃO.

Com base no que foi examinado neste trabalho, podemos concluir que:

1. — A mudança de abordagem dos estudos de história da Economia, no sentido de uma História das Doutrinas Econômicas para uma História do Pensamento Econômico reflete, em grande parte, o aperfeiçoamento do instrumental de análise à disposição da Ciência Econômica. Atualmente há maior interesse em estudar não apenas *o* que os autores e Escolas defendem, mas *como* defendem e *com* que instrumentos analíticos o fazem.

2. — Em nosso País, essa mudança está também diretamente relacionada com o deslocamento do eixo principal de estudos de Economia: matéria de “formação cultural” das Faculdades de Direito (desde 1827), de Engenharia (criada em 1864) e dos Cursos de Ciências Sociais das Faculdades de Filosofia (a partir de 1934), a Economia deixa de constituir “ensino dependente” e passa a compor a *área de concentração* dos estudos das Faculdades de Economia e Administração, de 1944 em diante. Ou melhor, de “complemento cultural” torna-se “objeto principal” e o centro de estudos de seus próprios especialistas.

3. — No contexto de um ensino essencialmente profissionalizante, tal como é ministrado nas Faculdades de Economia e Administração, a disciplina História do Pensamento Econômico ocupa lugar nos Cursos de Graduação (conforme exigência do currículo mínimo fixado pelo Conselho Federal de Educação) fornecendo aos estudantes importante estrutura de referência, indispensável à análise e à compreensão dos problemas econômicos. Nos Cursos de Pós-Graduação como, por exemplo, os ministrados pelo IPE (Instituto de Pesquisas Econômicas) — Centro Complementar do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo — o ensino de História do Pensamento Econômico mostra a necessidade crescente de se colocar à disposição dos pós-graduandos em Economia as “ferramentas” contidas nos “estojos conceituais” ou nas elaborações teóricas de autores de diferentes épocas ou Escolas.